

## EDITÓRIAL

A primeira edição deste ano de 2026 da Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) é composta por 12 (doze) artigos e 1 (uma) resenha e, certamente, reafirma o compromisso científico da RIBSP com a análise crítica das transformações contemporâneas que impactam a segurança pública, a governança estatal, os sistemas jurídicos e as dinâmicas globais de risco.

O primeiro artigo, intitulado “*Novas substâncias psicoativas na Europa e em Portugal: enquadramento, evolução e perspectiva de governança*”, de Roberto Narciso Andrade Fernandes, assume particular relevância acadêmica e estratégica. O estudo oferece uma análise robusta acerca das Novas Substâncias Psicoativas (NSP), examinando suas implicações para a saúde pública, para a segurança interna e para os sistemas regulatórios europeus e portugueses. O segundo artigo, intitulado “*O Leviatã Fragmentado: Estado, criminalidade e os limites da segurança pública no Brasil contemporâneo*”, de Clodoaldo Matias da Silva, Tiago Mendes de Souza, Carlos Alberto Ferreira Pessoa e Denison Melo de Aguiar, propõe uma reflexão crítica sobre a fragmentação do Estado brasileiro, analisando como as fissuras institucionais, a seletividade penal, as tecnopolíticas de vigilância e o uso crescente da inteligência artificial reconfiguram os mecanismos contemporâneos de controle social e segurança pública. O terceiro artigo, escrito por João Marcos Tanan Sales, e intitulado “*Inteligência de Ordem Pública: uma provocação ao debate frente os impactos geopolíticos*”, amplia significativamente o horizonte analítico desta edição ao propor uma releitura estratégica da atividade de inteligência no contexto das profundas transformações geopolíticas contemporâneas. “*Evolução das exigências físicas nos concursos da Polícia Militar do Tocantins: uma análise comparativa dos testes de aptidão física dos editais CEBRASPE (2021) e FGV (2025)*”, de Rebeca Silva Lima, é o quarto artigo e oferece relevante contribuição para o debate contemporâneo acerca dos critérios de seleção física nas instituições policiais militares brasileiras. A pesquisa analisa comparativamente os Testes de Aptidão Física (TAF) aplicados nos concursos da Polícia Militar do Tocantins, identificando mudanças normativas, procedimentais e operacionais que ampliaram o rigor físico exigido dos candidatos ao ingresso na corporação. O quinto capítulo, intitulado “*A implementação e as possíveis atribuições de policiais temporários na Polícia Militar de Santa Catarina*”, de Gustavo Jahn Bessa, Leonardo Vieira Teixeira e Nazareno Marcineiro, se insere em um dos debates mais relevantes e contemporâneos das Ciências Policiais brasileiras: a reorganização dos modelos de gestão de pessoal nas instituições militares estaduais diante do déficit estrutural de efetivo e das crescentes demandas sociais por segurança pública. O sexto capítulo, de título “*A Segurança Pública Constitucional: uma (re)leitura obrigatória*”, de Cristiano Linhares e Doacir Gonçalves de Quadros, propõe profunda reflexão hermenêutica acerca da natureza jurídica da segurança pública no ordenamento constitucional brasileiro, questionando a tradicional compreensão administrativista e repressiva historicamente associada ao artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Simone Pereira Duarte Ferreira e Luiz Honorato da Silva Júnior escrevem o sétimo capítulo, cujo título é “*Facial Recognition in Brazilian Public Security: ethical challenges, regulatory gaps, and proposals for a national legal framework*”, onde examinam criticamente os desafios regulatórios, éticos e operacionais relacionados à utilização de tecnologias de reconhecimento facial no contexto da segurança pública brasileira, propondo diretrizes para a construção de um marco regulatório nacional voltado à governança responsável da inteligência artificial aplicada ao controle social e à atividade policial. O oitavo artigo é intitulado “*Racionalidades Governamentais e Processos Bioecológicos na Segurança Pública Brasileira: entre o controle e a cidadania*”, de Janaina do Couto Mascarenhas, Andrea Kochhann Machado e Thiago Henrique Costa Silva, e propõe compreender a segurança pública brasileira não apenas como aparato institucional de controle, mas como fenômeno multidimensional atravessado por disputas políticas, históricas, sociais e culturais que afetam diretamente a formação de subjetividades e os processos de desenvolvimento humano. “*Empoderamento da Mulher e Quebra de Paradigmas na Estrutura Hierárquica da Polícia Militar do Tocantins*”, de Fernanda de Cássia Martins dos Santos e Darlene Teixeira Castro, é o nono capítulo, cuja relevância acadêmica e institucional reside na análise crítica das

transformações provocadas pela crescente presença feminina nas corporações militares estaduais brasileiras, especialmente no contexto da Polícia Militar do Tocantins. O estudo examina como o empoderamento feminino vem produzindo mudanças estruturais, simbólicas e operacionais em uma instituição historicamente marcada pela masculinização de suas práticas e hierarquias. O décimo artigo é intitulado “*Inteligência de Fontes Abertas (OSINT) como Instrumento Estratégico para Análise, Decisão e Segurança Pública*”, de Renato Pires Moreira, Luiz Augusto Vieira de Oliveira e Luiz Carlos Ferreira, e oferece relevante contribuição ao campo contemporâneo da inteligência, das ciências policiais e da segurança pública ao examinar os fundamentos teóricos, metodológicos e operacionais da Inteligência de Fontes Abertas (OSINT) em um contexto marcado pela hiperconectividade, pela circulação acelerada de informações e pela crescente complexidade das ameaças contemporâneas. O décimo primeiro artigo se intitula “*A Política de Segurança Pública em Pernambuco: a ausência de uma educação para segurança (2021–2024)*”, de Pablo Thiago Correia de Moura, e oferece uma importante reflexão crítica sobre os limites estruturais da política de segurança pública brasileira, especialmente no contexto do Estado de Pernambuco, ao analisar a produção normativa e legislativa relacionada à segurança pública entre os anos de 2021 e 2024. O décimo segundo artigo, de autoria de Anderson Duarte Barboza, Guilherme Borges da Silva, Heitor de Carvalho Pagliaro, Helena Esser dos Reis, Igor Silva Figueiredo, João da Cruz Gonçalves Neto, Ricardo Barbosa de Lima, Solon Bevilacqua e Wilquerson Felizardo Sandes, intitulado “*Ciências da Segurança na Universidade Federal de Goiás: inovação curricular e interdisciplinaridade no ensino superior público*”, representa uma relevante contribuição acadêmica para a consolidação das Ciências da Segurança como campo interdisciplinar de conhecimento no Brasil, com apresentação dos fundamentos teóricos, metodológicos e institucionais que subsidiaram a criação do Bacharelado em Ciências da Segurança da Universidade Federal de Goiás (UFG), implantado no Campus Cidade Ocidental, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

A edição se encerra com a resenha científica “*Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios*”, de José Walber Rufino Tavares, dedicada à análise crítica do e-book organizado por Kitt Rôla sobre o Atendimento Pré-Hospitalar (APH) no Brasil. A resenha destaca a relevância estratégica do APH como componente essencial da atenção às urgências e emergências, especialmente em situações tempo-dependentes, nas quais o tempo-resposta pode representar a diferença entre sobrevivência, sequelas permanentes e óbito.

Ao publicar este volume, a RIBSP renova seu compromisso com a difusão de pesquisas de excelência voltadas à compreensão dos desafios contemporâneos da segurança pública e da ordem democrática, incentivando o intercâmbio científico nacional e internacional e promovendo reflexões capazes de contribuir para políticas públicas mais humanas, inteligentes e estrategicamente sustentáveis.

Boa leitura!

Cuiabá – MT, abril de 2026.

*Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho*  
*Editor Geral da RIBSP.*